

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA PARA UTILIZAÇÃO DA CENTRAL NACIONAL DE INDISPONIBILIDADE DE BENS E DO SISTEMA DE OFÍCIO ELETRÔNICO DA CENTRAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICOS COMPARTILHADOS DOS REGISTRADORES DE IMÓVEIS.

A ASSOCIAÇÃO DOS REGISTRADORES IMOBILIÁRIOS DE SÃO PAULO – ARISP, associação civil regularmente constituída, sediada na Rua Maria Paula, nº 123, 1º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 69.287.639/0001-04, doravante denominada **CENTRAL REGISTRADORES DE IMÓVEIS**, neste ato representada por seu Presidente, **FLAUZILINO ARAÚJO DOS SANTOS**, brasileiro, casado, registrador de imóveis, portador do RG nº 5.846.162-0/SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 544.151.528-72, e por seu Diretor de Tecnologia, **JOELCIO ESCOBAR**, brasileiro, casado, registrador de imóveis, RG nº 1.0007.769/SSPMS, inscrito no CPF/MF sob o nº 106.376.801-20, e o **BANCO CENTRAL DO BRASIL**, doravante denominado BCB, autarquia federal, por intermédio do Departamento de Liquidações Extrajudiciais, com sede no SBS - Quadra 3 - Bloco B - Edifício-Sede - 13º andar - 70074-900 - Brasília - DF, inscrito no CNPJ sob o nº 00.038.166/0001-05, neste ato representado pelo Chefe do Departamento de Liquidações Extrajudiciais (Deliq), **JOSÉ REYNALDO DE ALMEIDA FURLANI**, portador da Identidade Funcional nº 5.809.980-8 e inscrito no CPF/MF sob o nº 308.491.441-91, devidamente autorizado pela Lei Federal nº 9.650, de 27 de maio de 1998, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 28 de maio de 1998, e pelo art. 22, inciso VII, do Regimento Interno (Portaria nº 29.971, de 4 de março de 2005, publicada no DOU 10 de março de 2005) e nomeado pela Portaria nº 79.257 (DOU 17 de dezembro de 2013), ambos do Banco Central do Brasil, pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, com fundamento na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, quando cabível, e, ainda, mediante as cláusulas a seguir enumeradas:

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

CLÁUSULA PRIMEIRA - Para a celebração deste instrumento, as partes levaram em consideração as declarações que seguem e que aceitam como fiel expressão da verdade e de suas vontades, pois consideram que:

I. A ARISP é associação civil que congrega os Oficiais de Registro de Imóveis do Estado de São Paulo, cujos objetivos sociais visam promover ações para o aprimoramento e a padronização dos serviços de registros de imóveis, a interligação entre as serventias e destas com o Poder Judiciário, órgãos da administração pública, a cadeia produtiva nacional e usuários em geral, em prol de maior eficiência no acesso e na prestação dos serviços públicos delegados de registros de imóveis;

II. O disposto no art. 236, § 1º, da Constituição Federal de 1988, que prevê a fiscalização dos atos notariais e de registro pelo Poder Judiciário, e o disposto no art. 38, c.c. art. 30, inc. XIV, da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que preveem que os notários e os registradores estão obrigados a cumprir as normas técnicas baixadas pelo juízo competente que zelará para que os seus serviços sejam prestados com rapidez, qualidade satisfatória e de modo eficiente;

III. O disposto no art. 30, inc. III, da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que prevê atendimento prioritário às requisições de autoridades judiciárias ou administrativas para a defesa das pessoas jurídicas de direito público em juízo;

IV. As previsões legais para a imposição de indisponibilidade de bens e a necessidade de lhe dar publicidade (art. 36 da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974; art. 19 do Decreto-lei nº 2.321, de 25 de fevereiro de 1987; e art. 2º da Lei nº 9.447, de 14 de março de 1997);

V. Os termos do art. 37 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que determinou a instituição do sistema de registro eletrônico, bem como a disponibilização de serviços de recepção de títulos e de fornecimento de informações e certidões em meio eletrônico;

VI. Nos termos da Medida Provisória nº 2.200, de 24 de agosto de 2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP-Brasil, bem como com o advento da Lei nº 11.280, de 16 de fevereiro de 2006, a qual possibilitou a comunicação oficial dos atos processuais por meios eletrônicos; da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que criou o sistema de registro eletrônico, dos Provimentos CGJ nº 22/2012, nº 42/2012 e nº 11/2013, todos da E. Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, que disciplinou o funcionamento do Registro Eletrônico de Imóveis (SREI) e o funcionamento da Central de Serviços Eletrônicos Compartilhados dos Registradores de Imóveis do Estado de São Paulo, atendidos os requisitos previstos nesses diplomas, faz-se necessário regular os procedimentos que deverão ser observados pelas partes, objetivando o intercâmbio de informações registrares entre os Registros de Imóveis e o Poder Público;

VII. Acordo de Cooperação Técnica nº 83/2010, celebrado em 14 de junho de 2010, entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Associação dos Registradores Imobiliários de São Paulo (ARISP) e o Instituto de Registro Imobiliário do Brasil (IRIB), que dispõe sobre a atender as requisições de pesquisas para localização de imóveis e emissão de Certidões Digitais pelas Serventias Extrajudiciais de Registro de Imóveis, cujo Acordo prevê adesão pelas demais Autoridades Públicas;

VIII. A instituição da Central de Indisponibilidade de Bens, desenvolvida de conformidade com o Acordo de Cooperação Técnica nº 84/2010, celebrado em 14 de junho de 2010, entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Associação dos Registradores de Imóveis de São Paulo (ARISP) e o Instituto de Registro Imobiliário do Brasil (IRIB), que funciona no Portal Eletrônico publicado sob o domínio <http://www.ndp.gov.br>, normatizado por meio do Provimento nº 13/2012 da Egrégia Corregedoria Geral de Justiça do Estado de São Paulo, de 11 de maio de 2012, e Provimento nº 37/2013 – Subseção XV – da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, de 26 de novembro de 2013.

IX. O Provimento nº 39/2014 da Egrégia Corregedoria Nacional de Justiça, de 25 de julho de 2014, instituiu a Central Nacional de Indisponibilidade de Bens (CNIB), que funciona no Portal publicado sob o domínio <http://www.cnib.gov.br>, desenvolvido, mantido e operado pela Associação dos Registradores Imobiliários de São Paulo (ARISP), com a cooperação do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil (IRIB), e funciona sob o acompanhamento e a fiscalização da Corregedoria Nacional da Justiça, das Corregedorias Gerais da Justiça e das Corregedorias Permanentes, nos âmbitos de suas respectivas competências.

X. Os resultados positivos relativos ao funcionamento do Ofício Eletrônico, da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens e dos demais serviços prestados pela Central de Serviços Eletrônicos Compartilhados dos Registradores de Imóveis (Central Registradores de Imóveis), administrada pela Associação dos Registradores de Imóveis de São Paulo, com o apoio institucional do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil (IRIB), cujos serviços estão sob acompanhamento contínuo da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de São Paulo e das demais Corregedorias Gerais da Justiça de outras Unidades da Federação que já aderiram ao Sistema;

XI. Os compromissos assumidos pela Associação dos Registradores Imobiliários de São Paulo (ARISP) de hospedar os sistemas em seus servidores exclusivos, localizados em território nacional, e de disponibilizá-lo, perpétua e gratuitamente, para livre utilização, sem qualquer ônus, pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por outros Tribunais e Órgãos Administrativos convenientes, e pelos notários e registradores de imóveis do Estado;

XII. Que a sistemática é segura, ambientalmente correta, econômica e contribui para a celeridade processual, atende ao interesse público, representando inegável conquista para racionalidade, economia orçamentária, eficiência, segurança e desburocratização;

XIII. Em razão da edição das referidas normas, bem como pelo corrente aperfeiçoamento na prestação dos serviços de Registros de Imóveis, a ARISP desenvolveu aplicativos integrados à Central de Serviços Eletrônicos Compartilhados dos Registradores de Imóveis, a fim de viabilizar a emissão de informações e certidões no formato digital para órgãos públicos e usuários privados e a remessa das ordens de indisponibilidade de bens para os Cartórios de Registros de Imóveis, decretadas por autoridades judiciais ou administrativas.

XIV. Nesse sentido, as partes têm interesse em estabelecer a presente parceria, nos termos e condições dispostos neste Acordo de Cooperação Técnica.

DEFINIÇÕES

CLÁUSULA SEGUNDA - Para melhor esclarecimento dos termos utilizados no presente instrumento, os mesmos deverão ser entendidos conforme o significado a seguir descrito:

I. **ASSINATURA DIGITAL:** Transformação eletrônica e matemática de uma mensagem eletrônica, de um documento digital ou digitalizado, utilizando um padrão mundialmente adotado e reconhecido, empregando um algoritmo de criptografia assimétrica. É composto de uma chave pública e uma privada, onde somente o emitente e o receptor do documento visualizam seu conteúdo. Atua como componente de segurança técnica e jurídica, pois gera o efeito jurídico do não repúdio, atestando de forma inequívoca a autoria e conteúdo de um documento eletrônico;

II. **BASE DE DADOS:** Corresponde à base de informações integrantes do Sistema onde o Registro de Imóveis disponibiliza informações básicas, consistentes nos nomes dos titulares de direitos inscritos e nos números da matrícula imobiliária, do CPF/MF e do CNPJ/MF, relacionados aos atos registrares praticados nas matrículas dos imóveis que ocorreram a partir de 1º de janeiro de 1976, para formação do Banco de Dados Light (BDL) ou informadas por comunicação WebService com as respectivas serventias, bem como informações e imagens das matrículas e de certidões digitais, emitidas em resposta às solicitações efetuadas pelo Poder Público e por usuários privados, por meio dos sites integrantes da Central de Serviços Eletrônicos Compartilhados dos Registradores de Imóveis;

III. **CARTÓRIOS:** Significam todos os Registros de Imóveis integrados na Central de Serviços Eletrônicos Compartilhados dos Registradores de Imóveis (Central Registradores de Imóveis) e outras serventias que vierem a aderir ao sistema, por normas da Corregedoria Geral da Justiça respectiva, a que estiverem sujeitos;

IV. CERTIDÃO DIGITAL: São as certidões emitidas pelos Registros de Imóveis, com base nos seus assentamentos, que serão expedidas e encaminhadas eletronicamente aos Poderes Públicos requisitantes, bem como aos usuários privados solicitantes, por meio de aplicativos e ferramentas desenvolvidas pela ARISP, especialmente para essa finalidade, de conformidade com os requisitos da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP) e da arquitetura e-PING (Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico);

V. ADMINISTRADOR MÁSTER: É o agente público a ser indicado pelo Poder Público conveniente, que ficará responsável por gerenciar todos os usuários do Sistema. Esse agente encabeçará a árvore de permissões de acesso ao Sistema e terá a responsabilidade do controle e do cadastramento dos utilitários. É quem concederá as permissões e efetuará os eventuais cancelamentos das habilitações dos agentes que utilizarão ou deixarão de utilizar os sistemas integrados da Central de Serviços Eletrônicos Compartilhados dos Registradores de Imóveis.

VI. ICP-BRASIL INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA: É um conjunto de técnicas, práticas e procedimentos, a serem implementadas pelas organizações governamentais e privadas brasileiras com o objetivo de estabelecer os fundamentos técnicos e metodológicos de um sistema de certificação digital, baseado em chave pública;

VII. CENTRAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICOS COMPARTILHADOS DOS REGISTRADORES DE IMÓVEIS (CENTRAL REGISTRADORES DE IMÓVEIS): Significa o conjunto de softwares, hardwares e de outros recursos técnicos desenvolvidos e operacionalizados sob direção e responsabilidade da ARISP, com a cooperação do IRIB, a fim de viabilizar o funcionamento do Serviço de Registro Eletrônico de Imóveis (SREI) em todo o território nacional, especialmente o encaminhamento pelo Poder Judiciário de Ordens e certidões de constrições judiciais (arresto, sequestro, penhora e indisponibilidade de bens) para os Registros de Imóveis e a emissão e fornecimento de informações e certidões registraes, no formato eletrônico, decorrentes das consultas, requisições e solicitações feitas pelo Poder Judiciário e por usuários privados, bem como os demais serviços integrantes;

VIII. CENTRAL DE INDISPONIBILIDADE DE BENS: Sistema desenvolvido pela ARISP, de conformidade com o Acordo de Cooperação Técnica firmado com o CNJ sob o nº 84/2010, acima referido e nos termos das diretrizes emanadas da Egrégia Corregedoria Geral de Justiça do Estado de São Paulo, com a aplicação de elementos de segurança preconizados pela Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e o uso de Certificados Digitais padrão ICP-Brasil, com capacidade para atender a todos os Tribunais e os Órgãos de Administração Pública que detenham a competência para emitir tais ordens de alcance geral. O Sistema funciona como módulo da Central de Serviços Eletrônicos Compartilhados dos Registradores de Imóveis (Central Registradores de Imóveis);

IX. ALCANCE DA RESPONSABILIDADE: a) Está circunscrita à disponibilidade dos sistemas e à integridade e funcionamento da Base de Dados hospedada nos servidores da Central Registradores de Imóveis, que contém as ocorrências referentes aos atos registraes praticados nas matrículas imobiliárias nos nomes de pessoas físicas e jurídicas, a partir de 1º de janeiro de 1976, nos quais foram indicados os números do CPF e CNPJ, excluídos os registros do Sistema da Transição (sistema que vigorou antes da vigência da Lei de Registros Públicos) e aqueles onde não foram indicados os números do CPF ou CNPJ, ou o foram de forma errônea ou incompleta; b) A análise de admissibilidade ou não da inscrição de indisponibilidade compete exclusivamente ao Oficial do Registro de Imóveis ao qual for apresentada a comunicação de indisponibilidade, competindo à Central Registradores de Imóveis apenas o encaminhamento dessas requisições; c) O acesso às comunicações de indisponibilidade, sua recepção, protocolização, análise, cumprimento e respostas são de

inteira e exclusiva responsabilidade do respectivo Oficial de Registro de Imóveis; d) A ARISP, como operadora do Central de Serviços Eletrônicos Compartilhados dos Registradores de Imóveis não responde, sequer subsidiariamente, por prejuízos porventura causados decorrentes de eventual ineficiência na prestação do serviço registral.

DO OBJETO

CLÁUSULA TERCEIRA - Pelo presente instrumento e na melhor forma de Direito as partes estabelecem entre si o presente **Acordo de Cooperação Técnica** com o objetivo de viabilizar o funcionamento do Serviço de Registro Eletrônico de Imóveis (SREI), inclusive o tráfego das comunicações de indisponibilidade, mediante o acesso aos sistemas ou por comunicação via Webservice diretamente com os servidores do conveniente, segundo os termos e condições dispostos neste instrumento e na legislação nacional em vigor.

DA EFICÁCIA E DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA QUARTA - O presente termo terá eficácia a partir da data de sua assinatura e vigência por prazo indeterminado, podendo ser denunciado por qualquer das partes, por qualquer motivo e a qualquer momento, por meio de manifestação por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, prazo durante o qual as partes deverão liquidar qualquer pendência decorrente da relação contratual ora estabelecida.

Parágrafo Único. O BCB providenciará a publicação deste Acordo, em extrato, no prazo de 30 (trinta) dias de sua assinatura, no Diário Oficial da União, nos termos do art. 61 da Lei nº 8.666, de 1993.

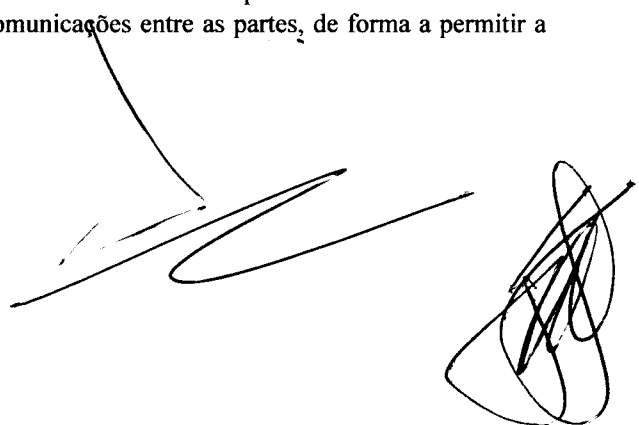
DA SOLICITAÇÃO DE PESQUISAS E CERTIDÕES DIGITAIS

CLÁUSULA QUINTA - Para solicitar informações e certidões digitais para as serventias registrais, bem como para receber as respectivas respostas, a Autoridade ou servidor procederá ao cadastramento de referidas solicitações no Sistema de Ofício Eletrônico, integrante da Central de Serviços Eletrônicos Compartilhados dos Registradores de Imóveis, com observância dos seguintes procedimentos:

I. Identificação e indicação à Central Registradores de Imóveis da Autoridade ou servidor que se constituirá ADMINISTRADOR MÁSTER. Este deverá manter controle dos servidores ou Autoridades que serão responsáveis pelo acesso às informações contidas e disponibilizadas para consulta nos sistemas da Central Registradores de Imóveis;

II. O Administrador Máster deve cientificar todos os usuários de que o uso do sistema e qualquer outro mecanismo eletrônico que venha a ser utilizado para permitir o acesso ao sistema são de sua inteira responsabilidade, não devendo ser repassados a terceiros, nem substituída a titularidade do responsável, sem a ele ser previamente comunicado, visto que a obtenção de informações e certidões registrais, sem o pagamento de emolumentos, está restrita às hipóteses de gratuidades e isenções previstas em lei;

III. O Administrador Máster será o responsável técnico de acompanhamento entre a Central Registradores de Imóveis e o BCB, devendo centralizar as comunicações entre as partes, de forma a permitir a mais eficaz operacionalização dos sistemas;



IV. Disponibilizar e-mail e telefones de contato oficial e formal, que serão utilizados para troca de informações;

V. Consultar as informações constantes da base de dados da Central Registradores de Imóveis e direcionar as solicitações efetuadas, a fim de que os cartórios possam emitir as informações e certidões respectivas, as quais serão disponibilizadas na base de dados;

VI. Consultar as informações e certidões solicitadas diretamente na base de dados da Central Registradores de Imóveis;

VII. Informar, imediatamente, à Central Registradores de Imóveis a ocorrência de qualquer problema que impossibilite a consulta das informações e certidões constantes da base de dados;

VIII. Responsabilizar-se integralmente pelas providências tecnológicas necessárias para viabilizar seu acesso aos sistemas da Central de Serviços Eletrônicos Compartilhados dos Registradores de Imóveis, isentando a ARISP de quaisquer responsabilidades por eventuais problemas decorrentes de falha em sua conexão e outros que sejam de sua exclusiva responsabilidade, incluindo a escolha do provedor de serviços ou serviço de telecomunicações;

IX. Em caso de verificação de eventual indisponibilidade dos sistemas da Central Registradores de Imóveis, socorrer-se, em regime de emergência, e nos casos que assim considere justificado, do envio de ordem ou certidão da constrição judicial, ou de outra solicitação ou ordem judicial, por escrito, feita diretamente aos respectivos Cartórios, sem intermediação da Central Registradores de Imóveis;

X. Zelar pelo sigilo das informações obtidas na base de dados que estiverem sujeitas à proteção legal, bem como impedir o acesso de pessoas não credenciadas à utilização dos sistemas da Central Registradores e, conseqüentemente, à consulta das informações disponibilizadas na base de dados, responsabilizando-se integralmente pela violação de tal obrigação;

XI. As pesquisas de nomes comuns poderão resultar em informações diversas e, em alguns casos, será necessário informar, entre outros, a data de nascimento, o nome do cônjuge e os documentos da pessoa a ser pesquisada, para possibilitar um levantamento mais exato. Esse tipo de pesquisa, devido à sua complexidade deverá ser realizado diretamente na serventia de competência registral.

DO ADMINISTRADOR MÁSTER

CLÁUSULA SEXTA - Por força do disposto no item V da cláusula segunda e nos itens I, II e III da cláusula quinta, os agentes públicos abaixo nomeados exercerão, doravante, a função de ADMINISTRADOR MÁSTER.

Nome: Carlos Eduardo de Almeida
E-mail: carlos@arisp.org.br
CPF: 188.601.348-97

Nome: Thiago Felipe Amancio da Matta
E-mail: thiago@arisp.org.br
CPF: 027.605.364-83

DAS COMUNICAÇÕES DE INDISPONIBILIDADES DE BENS

CLÁUSULA SÉTIMA - O cadastramento, cancelamento e o envio das indisponibilidades seguirão os parâmetros definidos na cláusula anterior, além das normas previstas nesta cláusula:

I. O acesso para inclusão de comunicações de indisponibilidades, seus cancelamentos e consultas circunstanciadas deverá ser feito exclusivamente com a utilização de Certificado Digital ICP-Brasil e dependerá de prévio cadastramento do órgão utilizador, exceto a simples consulta, que poderá ser disponibilizada para livre acesso, em caráter individual, por qualquer pessoa portadora de Certificado Digital ICP-Brasil;

II. A Central Nacional de Indisponibilidade de Bens será constituída por Sistema de Banco de Dados Eletrônico (DBMS) que será alimentado com as comunicações de indisponibilidades realizadas pelo BCB, decorrente da legislação prevista no inciso IV, da Cláusula Primeira;

III. As requisições de informações e certidões, quando solicitadas pelo BCB, estarão isentas de custas e emolumentos, conforme hipóteses contempladas em lei;

IV. Para afastamento de homonímia, resguardo e proteção da privacidade, os cadastramentos e as pesquisas na Central Nacional de Indisponibilidade de Bens serão feitas, exclusivamente, a partir do número de contribuinte de pessoa física (CPF) ou jurídica (CNPJ).

DAS OBRIGAÇÕES DA CENTRAL REGISTRADORES DE IMÓVEIS

CLÁUSULA OITAVA - Desde que cumpridas as obrigações previstas neste instrumento, a CENTRAL REGISTRADORES DE IMÓVEIS se obriga a:

I. Possibilitar o envio de comunicação de indisponibilidade e a consulta de informações constantes nas bases de dados de seus sistemas, bem como a solicitação de informações e certidões eletrônicas aos cartórios, as quais serão disponibilizadas nos sistemas da Central de Serviços Eletrônicos Compartilhados dos Registradores de Imóveis;

II. Deixar esclarecido que a facilidade da consulta à base de dados unificada dos registros de imóveis no Banco de Dados Light ou por comunicação Webservice com os servidores dos cartórios que utilizam essa modalidade, traz, implícita, a relativa imprecisão da pesquisa, tendo em vista a formação do banco de dados decorrente de sua alimentação, muitas vezes com dados antigos e/ou deficientes, sem possibilidade de consulta a sistemas alternativos de busca que possibilitem maior segurança, somente disponível em pesquisas convencionais efetuadas diretamente em cada unidade do registro de imóveis;

III. Manter o BCB informado sobre eventuais alterações dos procedimentos que deverão ser adotados para o envio de comunicação de indisponibilidade, seu acompanhamento e consulta nos sistemas da Central Registradores de Imóveis, por meio de comunicação no próprio sistema, ou por e-mail;

IV. Responsabilizar-se pela manutenção e acesso às bases de dados dos sistemas integrantes da Central Registradores de Imóveis, visando ao melhor e mais eficaz atendimento das consultas e solicitações do BCB, nos termos deste instrumento e da legislação em vigor;

V. A disponibilizar um manual a respeito da utilização da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens, com detalhes sobre suas funcionalidades, em sequência lógica, passo a passo, dos procedimentos para plena utilização dos serviços, o qual ficará publicado no Portal <http://www.bcb.gov.br/centralidade.org.br> para consulta ou download;

VI. Comunicar à Egrégia Corregedoria Geral respectiva a utilização indevida dos sistemas por Autoridades ou servidores, bem como enviar os relatórios gerenciais do módulo “Correção Online”, para fins de fiscalização da utilização por notários e registradores.

DAS OBRIGAÇÕES DO BCB

CLÁUSULA NONA - Além da indicação do Administrador Máster, cabe ao BCB baixar os atos administrativos devidos, visando normatizar a utilização dos sistemas que integram a Central de Serviços Eletrônicos Compartilhados dos Registradores de Imóveis.

DOS RECURSOS FINANCEIROS E MATERIAIS

CLÁUSULA DÉCIMA - O presente Acordo não envolve transferência de recursos financeiros entre os partícipes, visto que as despesas decorrentes correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, nada podendo ser exigido um do outro, em conformidade com as responsabilidades assumidas neste instrumento e em eventuais termos aditivos.

DA RESPONSABILIDADE CIVIL

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - As partes reconhecem que as comunicações de indisponibilidades são de responsabilidade integral e exclusiva das respectivas Autoridades e servidores que as cadastraram nos sistemas e que a Central Registradores de Imóveis, ou seus operadores, ARISP e IRIB, sob nenhuma hipótese, poderá ser responsabilizada no âmbito cível ou criminal, por prejuízos causados a terceiros, em virtude de inclusão indevida ou do uso indevido do sistema, vez que apenas operacionaliza ferramentas para intercomunicação com os registros de imóveis.

DA AÇÃO PROMOCIONAL

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente Acordo será destacada, obrigatoriamente, a colaboração dos celebrantes, observado o disposto no § 1º do artigo 37 da Constituição Federal.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Não haverá estabelecimento de foro. Eventuais dúvidas ou controvérsias oriundas deste instrumento serão dirimidas de comum acordo pelos partícipes.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - O BCB e a CENTRAL REGISTRADORES DE IMÓVEIS empenharão seus melhores esforços na execução deste Acordo, de modo que as dúvidas que venham a

surgir na sua execução sejam solucionadas por consenso entre as partes, mediante entendimento conjunto, e formalizadas por meio de termo aditivo.

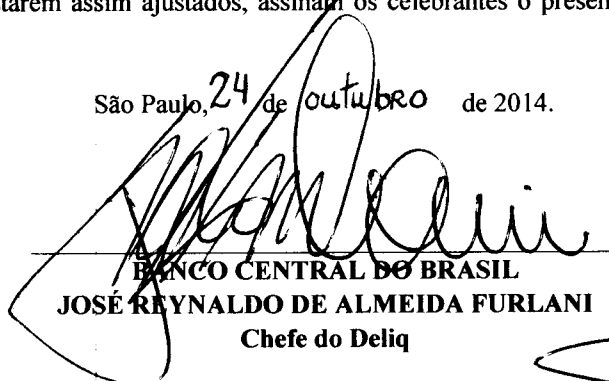
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - As informações objeto do presente Acordo serão compartilhadas entre o BCB e a CENTRAL REGISTRADORES DE IMÓVEIS segundo os princípios da razoabilidade e da confidencialidade, observadas as normas legais vigentes sobre sigilo, não podendo ser divulgadas senão para os fins a que se destina o presente Acordo.

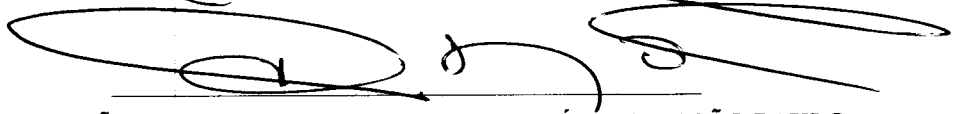
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - O BCB e a CENTRAL REGISTRADORES DE IMÓVEIS fiscalizarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste Acordo, conforme o art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - As cláusulas do presente Acordo poderão ser alteradas, a qualquer momento, em decorrência de dispositivo legal ou de entendimentos entre o BCB e a CENTRAL REGISTRADORES DE IMÓVEIS, mediante termo aditivo.

E, por estarem assim ajustados, assinam os celebrantes o presente instrumento, para todos os fins de direito.

São Paulo, 24 de outubro de 2014.


BANCO CENTRAL DO BRASIL
JOSÉ REYNALDO DE ALMEIDA FURLANI
Chefe do Deliq


ASSOCIAÇÃO DOS REGISTRADORES IMOBILIÁRIOS DE SÃO PAULO
CENTRAL REGISTRADORES DE IMÓVEIS
FLAUZÍLIO ARAÚJO DOS SANTOS
Presidente


ASSOCIAÇÃO DOS REGISTRADORES IMOBILIÁRIOS DE SÃO PAULO
CENTRAL REGISTRADORES DE IMÓVEIS
JOELCIO ESCOBAR
Diretor de Tecnologia